

A produção científica sobre o apoio pedagógico: compreensões sobre a permanência na educação superior

Línea Temática: Línea 4. Prácticas de integración universitaria para la reducción del abandono

Michelle Cristine Silva Toti mcristines@gmail.com Brazil

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Soely Ap. Jorge Polydoro soelypolydoro@gmail.com Brazil

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Resumen. As políticas de expansão e ações afirmativas do ensino superior no Brasil, que resultaram não somente em número maior de estudantes nesse nível de ensino, como também na alteração do perfil desses alunos, exigiu das instituições ações abrangentes com vistas a garantir a permanência dos estudantes de graduação. A atual política de assistência estudantil para o ensino superior define o apoio pedagógico como uma de suas áreas de ação. Cabe a cada instituição, no entanto, definir como desenvolverá as ações de apoio pedagógico. Identificamos que a literatura sobre assistência estudantil e sobre o aluno universitário tem indicado que para garantir a permanência do estudante, somente acesso e apoio financeiro não são suficientes. Além das dificuldades objetivas relacionadas às condições socioeconômicas, pesquisas têm indicado que a permanência no ensino superior envolve diversos fatores, sendo assim, uma política de permanência não pode estar restrita ao aspecto financeiro. Esse trabalho analisou as publicações que abordam as ações de apoio pedagógico nas universidades federais brasileiras, com o objetivo de compreender seu alcance, a forma como essas ações são desenvolvidas e seus resultados. Foram analisados os trabalhos publicados de 2007 a 2017 nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes, Banco de Teses Capes. Os resultados demonstram que, embora as universidades federais tenham universalizado ações de apoio pedagógico, há poucos trabalhos, nas bases consultadas, que abordam o tema. As pesquisas localizadas foram importantes para demonstrarem, em suas conclusões, a relevância de ampliar a concepção de assistência estudantil e política de permanência, e a necessidade de fortalecer a área de apoio pedagógico. São variadas as visões que representam o que é ou como deveria ser o apoio pedagógico. Em nossa revisão perceberam-se entendimentos como serviço, como acompanhamento do ensino e relação professor-aluno, como ações de tutoria, reforço, auxílios financeiros, material etc. O termo apoio pedagógico tem sido usado para nomear diferentes iniciativas nas instituições, o que justifica a necessidade de compreensão sobre o que tem sido realizado nas universidades federais dentro desse “guarda-chuva” que, aparentemente, é o

termo. Este estudo contribui com as discussões sobre o combate à evasão, fornecendo aos profissionais envolvidos no apoio pedagógico referenciais de ação, subsidiando e sensibilizando gestores para políticas institucionais de permanência, com especial atenção para a dimensão pedagógica. Pode, ainda, contribuir para a reflexão dos gestores quanto à importância do apoio pedagógico profissionalizado e avaliado permanentemente por meio da construção de instrumentos e indicadores que irão subsidiar ações institucionais visando a qualidade da permanência, pautada por um compromisso institucional com a aprendizagem dos alunos.

Descriptorios o Palabras Clave: Educação Superior; Apoio Pedagógico; Universidades Federais.

1. Introducción

A educação superior brasileira passou por mudanças significativas a partir da década de 1990 e, especialmente, a partir de 2003 com as políticas de expansão do ensino superior. Essas políticas levaram a um significativo crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES), da oferta de vagas, de bolsas para as instituições privadas e a avanços nas políticas de permanência das Instituições federais de ensino superior (Ifes), sendo o cerne na expansão do acesso e mudança no perfil dos estudantes (HERINGER, 2014; VARGAS; HERINGER, 2017).

Dentro dessas políticas de expansão e democratização do ensino superior, a assistência estudantil estabeleceu-se como política pública, e importante meio para garantir a permanência dos estudantes, com a publicação em 2007, de uma Portaria que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), posteriormente objeto do Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010. Essa conquista é resultado de muitos anos de lutas sociais, sendo a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) duas das entidades mais representativas na luta por essa conquista (DUTRA; SANTOS, 2017).

O Pnaes estabelece que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas atendendo a 10 (dez) áreas, dentre elas, o apoio pedagógico (BRASIL, 2010, Art. 3º, § 1º, inciso IX). Contempla-se o apoio pedagógico como área da política de assistência estudantil, mas não há uma definição do que se compreende por apoio pedagógico, ficando a cargo das instituições decidirem como atenderão a essa área da assistência estudantil, respeitando sua autonomia. Essa falta de definição, por outro lado, pode representar dificuldades para gestores e, principalmente, para os profissionais que atuam nesses serviços, especialmente ao considerarmos que não temos, no Brasil, carreiras específicas para a atuação no ensino superior.

Em sentido literal, pedagógico é tudo aquilo relativo ou próprio da Pedagogia. Para Libâneo (2001, p. 160), a pedagogia é a ciência responsável por articular teoria e práticas nos processos relacionados à aprendizagem, recorrendo “aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação”. O autor reforça a centralidade da relação dialética entre teoria e prática como característica essencial do campo do conhecimento da Pedagogia e do pedagogo. Para Saviani (2008), a educação formal tem o seu *locus* bastante definido e a Pedagogia, como área de formação, foi se confundindo, ao longo do tempo, com o próprio processo educativo. No entanto, a Pedagogia é melhor explicada como o resultado da tentativa intencional de intervir na educação, constituindo um saber específico (SAVIANI, 2008). Considerando as definições de Libâneo (2001) e Saviani (2008) podemos ensaiar circunscrever apoio pedagógico às ações de intervenção que visam produzir impactos na aprendizagem dos estudantes, por meio de ações planejadas e intencionais, articulando teoria e prática.

Temos no Brasil, portanto, uma realidade recente de fomento, por meio de políticas públicas e programas governamentais, do acesso e da permanência na educação superior. Como resultado dessas políticas, fomentou-se a oferta de apoio pedagógico para os estudantes, que não é um serviço que possua tradição em nossas universidades federais, tampouco conte com uma área profissional especializada para atender essa demanda. Neste trabalho pretendemos, portanto, apresentar como as universidades federais brasileiras têm compreendido e desenvolvido suas ações de apoio pedagógico e qual o alcance dessas ações, do ponto de vista da quantidade de instituições que as desenvolvem. Nos propomos responder essas questões por meio da análise das publicações que abordem o tema do apoio pedagógico no ensino superior. Nas próximas seções apresentaremos a metodologia de realização do trabalho e os resultados encontrados.

2. Desenvolvimento

Essa pesquisa tem como objetivo conhecer a existência de ações de apoio pedagógico desenvolvidas nas universidades federais brasileiras, por meio das publicações científicas, dando atenção à forma como essas ações são desenvolvidas e seus resultados. O levantamento considerou as publicações que abordam as ações de apoio pedagógico nas universidades federais, tendo em vista que já se passaram 12 anos desde a criação do Pnaes.

Os dados apresentados aqui compõem uma pesquisa de mapeamento sobre o apoio pedagógico aos alunos das universidades federais brasileiras e insere-se na pesquisa de doutoramento da primeira autora deste trabalho. Como destaca Alves (1992, p. 54), a revisão de literatura tem o objetivo de “iluminar o caminho a ser trilhado pelo pesquisador” atendendo a dois aspectos básicos: a contextualização do problema dentro da área da pesquisa e a análise do referencial teórico.

As bases de dados consultadas foram o Banco de Teses da CAPES, Scientific electronic library online (SciELO) e Portal de Periódicos da Capes. A busca foi organizada a partir dos seguintes descritores: apoio pedagógico, ensino superior; acesso e permanência; assistência estudantil; universidade federal. Não era preciso que todos os termos estivessem combinados, os termos foram buscados separadamente. Alguns trabalhos apareceram em mais de um termo e em mais de uma plataforma de busca, nesse último caso o trabalho foi considerado na primeira plataforma em que foi encontrado. Definimos como recorte temporal 2007 a 2017, considerando a primeira publicação legal do Programa Nacional de Assistência Estudantil, a Portaria Normativa 39 do Ministério da Educação (MEC), publicada em 12 de dezembro de 2007 e quase dez anos de existência do Pnaes.

A seleção das produções levou em consideração se o trabalho tratava de questões relativas às políticas de permanência no ensino superior, se abordava, mesmo que superficialmente, o apoio pedagógico e se o trabalho foi realizado em universidades federais. A análise dos trabalhos se deu, inicialmente, pelo título, aqueles que se referiam ao escopo do trabalho. A partir desse filtro inicial, foi realizada a leitura trabalho. Aqui apresentaremos as conclusões sobre o apoio pedagógico que puderam ser inferidas a partir de trabalhos que abordam o tema da permanência no ensino superior e ações de apoio ao estudante.

3. Resultados

Embora encontremos na literatura alguns pontos divergentes sobre a permanência no ensino superior, especialmente ao se considerar os públicos não tradicionais do ensino superior (TINTO, 1988; TIERNEY, 1999; TEREZINI et al., 1994; COULON, 2008), há consenso sobre a importância da integração social e acadêmica dos estudantes para a permanência e, adicionalmente, a constatação de que a instituição pode favorecer esse processo.

Especificamente sobre a integração acadêmica, a instituição pode, intencionalmente, desenvolver ações que tenham como objetivo proporcionar aos alunos experiências e apoio nesse aspecto (TINTO, 1997). Embora o Brasil não tenha tradição em serviços de apoio aos estudantes de graduação que ofereçam apoio pedagógico, esse quadro vem mudando desde 2007, após a criação do Pnaes.

Segundo Baker e Siryk (1989) há quatro dimensões que impactam a integração do estudante à universidade: 1) o ajustamento acadêmico: referindo-se ao atendimento das demandas educacionais que a instituição apresenta ao estudante; 2) o ajustamento relacional-social: referindo-se às demandas interpessoais e sociais da vida universitária; 3) o ajustamento pessoal-

emocional: referindo-se ao estado psicológico e físico do universitário; e 4) o comprometimento com a instituição/aderência: referindo-se à qualidade da ligação entre o estudante e o curso e do estudante com a instituição. Considerando essas dimensões, o apoio pedagógico pode ser relacionado, diretamente, ao ajustamento acadêmico, ou seja, oferece suporte e apoio ao estudante para o enfrentamento e ajustamento às questões de aprendizagem no ensino superior. O sucesso desse processo é afetado pelo compromisso da instituição com esse apoio, disponibilizando ações que atendam às necessidades dos estudantes, e por aspectos pessoais de cada estudante, como sua história, suas dificuldades, interesses etc. Abaixo apresentamos um quadro com os trabalhos encontrados no levantamento bibliográfico:

Quadro 1 – Levantamento nas bases de dados Scielo, Banco de Teses Capes e Periódicos Capes

Base	Termos	Nº de Artigos	Após seleção	Autores
Scielo	apoio pedagógico, ensino superior; acesso e permanência; assistência estudantil; universidade federal	110	1	Andrade; Teixeira, 2017
Capes	apoio pedagógico, ensino superior; acesso e permanência; assistência estudantil; universidade federal	260	11	Assis (2013); Mussio (2015); Palacio (2012); Melo (2008); Silva (2012); Costa (2016); Rios (2016); Magalhães (2013); Ganan (2016); Stolf (2014); Rios (2016);
Periódicos Capes	apoio pedagógico, ensino superior; acesso e permanência; assistência estudantil	233	3	Santana et al. (2015); Santos; Marafon (2016); Lima; Ferreira (2016);

	ntil; universidade federal			
--	-------------------------------	--	--	--

Utilizando os critérios de seleção apresentados na primeira seção, foi possível encontrar 15 publicações que atendiam às nossas necessidades. A Universidade Federal de Santa Catarina foi a única universidade que apareceu como foco da pesquisa em mais de um trabalho (3 no total); levantamos como hipótese que esse número de trabalhos pode estar ligado à estrutura e tamanho dos serviços ofertados na universidade. Foram, portanto, 4 trabalhos da região Sul; 1 da região centro-oeste; 3 da região Nordeste; e 3 da região Sudeste.

Contrariamente ao que possa induzir a quantidade pequena de trabalhos encontrados, as universidades federais têm desenvolvido ações de apoio pedagógico. Toti; Polydoro; Assumpção (2018) mostraram que, pelo menos, 95% das 63⁷² universidades federais brasileiras oferecem apoio pedagógico para os seus estudantes, através de atendimento individual, ações de atendimento coletivo, tutoria etc.

Embora a quantidade de trabalhos encontrados não tenha sido grande e apesar do fato de não abordarem, especificamente, a área de apoio pedagógico, as pesquisas localizadas foram importantes para demonstrarem, em suas conclusões, a relevância de ampliar a concepção de assistência estudantil e política de permanência, de fortalecer a área de apoio pedagógico e para confirmar o baixo número de estudos científicos sobre o que tem sido realizado nas universidades federais brasileiras no âmbito do apoio pedagógico. Por outro lado, identificamos uma ampla produção sobre a assistência estudantil nas universidades federais, sendo que, durante o levantamento no Banco de Teses da Capes, foi possível encontrar pesquisas que analisam as políticas de assistência estudantil de 50 das 63 universidades existentes. Esse número pode ser ainda maior, tendo em vista a limitação dos descritores utilizados.

Os trabalhos encontrados foram organizados em três grupos: I) os trabalhos que tratam das ações que visam à permanência no ensino superior e que defendem a superação da concepção de políticas focalizadas e monetárias, passando a abarcar, assim, todas as demais áreas previstas no Pnaes. Nesse grupo estão os trabalhos de Melo (2009), Assis (2013), Stolf (2014), Costa (2016) e Santos e Marafon (2016); II) Composto pelos trabalhos de Silva (2012), Magalhães (2013), Mussio (2015), Lima e Ferreira (2016) e Andrade e Teixeira (2017), que realizaram pesquisas que não se detiveram nos serviços de apoio pedagógico, mas encontraram evidências da importância e da necessidade de fortalecimento dessas ações; III) Reúne os trabalhos que, mesmo não tendo como foco

⁷² Em 2018 foram criadas cinco novas universidades a partir de unidades já existentes. Atualmente, portanto, o Brasil tem 68 universidades federais.

exclusivo o apoio pedagógico, dedicaram um espaço maior a análise de serviços dessa natureza: Palácio (2012), Rios (2016), Ganam (2016) e Santana et al. (2015).

São variadas as visões que representam o que é ou como deveria ser o apoio pedagógico. Em nossa revisão percebe-se possibilidades como serviço, como acompanhamento do ensino e relação professor-aluno, como ações de tutoria, reforço, auxílios financeiros, material etc. O termo apoio pedagógico tem sido usado para nomear diferentes iniciativas nas instituições, o que justifica a necessidade de compreensão sobre o que tem sido realizado nas universidades federais dentro desse “guarda-chuva” que, aparentemente, é o termo.

A autonomia na definição das ações pode ser considerada uma característica positiva da política nacional, desde que essa decisão baseie-se nas necessidades do corpo discente e possibilidades da instituição. No entanto, conforme o “Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil”, elaborado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), realizado entre 2015 e 2016 em 58 universidades federais, 53,4% das instituições indicaram que a escolha das áreas de atuação e aplicação dos recursos da universidade não se baseava em levantamento diagnóstico junto aos estudantes (BRASIL, 2016). O relatório também concluiu que 89,7% das universidades verificadas não realizam avaliação dos resultados do programa, fato indicado também por Lima e Ferreira (2016, p. 142) que entrou em contato com diversas IFES e “foi verificado que não há um controle ou pesquisa específica que correlacionem a evasão ou a permanência do estudante diante das políticas públicas existentes de maneira mais pontual”. Rios (2016) também abordou a falta de avaliação das ações, evidenciada pela ausência de informações nas páginas eletrônicas da totalidade das universidades federais sobre como as ações de permanência e assistência estudantil são desenvolvidas.

Além das deficiências relacionadas ao planejamento e avaliação das ações, os trabalhos elencados suscitam outras questões relevantes. A primeira que destacamos é a constatação de que os discentes associam ações de permanência e assistência estudantil unicamente à concessão de auxílios financeiros para garantir a subsistência. Por outro lado, avaliam que, embora imprescindível, essa ação (auxílio financeiro) é insuficiente para garantir a permanência com sucesso acadêmico (MAGALHÃES, 2013; COSTA, 2016; GANAM, 2016).

A discussão trazida por Stolf (2014), sobre a focalização das ações de assistência estudantil em um grupo específico e baseada em disponibilização de auxílios financeiros é importante, pois a concepção de permanência vinculada estritamente às condições financeiras dos estudantes fundamenta a ideia de que as ações da assistência estudantil destinam-se, apenas, aos alunos em situação de vulnerabilidade econômica e devem se pautar pela oferta de auxílios financeiros. Por outro lado, quando se amplia a concepção de permanência,

abarcando as condições da universidade, tais como estrutura física, ações de integração dos ingressantes, serviços de apoio aos estudantes e qualidade do ensino de graduação, condições de qualidade de vida dos alunos, como esporte, cultura, lazer, saúde física e psicológica, etc, outros fatores passam a ser vistos como importantes para a permanência, associando qualidade do ensino a políticas de permanência abrangentes e destinadas a todos os alunos de graduação. Conforme asseverou Assis (2013, p.32), a focalização nos auxílios financeiros, reforçando o viés assistencialista de combate à pobreza, “tende a descaracterizar a assistência como direito social, inserindo-a no campo da filantropia, caridade institucionalizada, despolitizando-a, portanto”.

3. Conclusiones

As políticas de permanência no ensino superior avançaram muito nas últimas décadas, atendendo a um número maior de estudantes e ampliando a concepção de assistência estudantil, abarcando aspectos da vida estudantil que têm impacto direto na permanência na universidade. Corporificada no Pnaes, essa concepção ampla fomentou a oferta de apoio pedagógico nas universidades federais, tendo sido praticamente universalizada nesse sistema. No entanto, a produção científica e a avaliação das ações desenvolvidas ainda precisam se estabelecer e servir de fundamento para a legitimação dessas ações.

Corroboramos a concepção de que a desigualdade social “não se manifesta somente no campo financeiro, e políticas que tentem compensá-la somente pelo viés econômico podem não estar contribuindo, verdadeiramente, para reduzir a desigualdade, em suas diversas formas” (ASSIS, 2013, p. 98). Santos e Marafon (2016) reconhecem a importância do Pnaes por firmar a assistência estudantil como um direito do estudante e por adotar áreas de atuação que vão além dos auxílios financeiros e que exigem ações multidisciplinares no atendimento e acompanhamento de alunos.

As ações de apoio pedagógico demandam, essencialmente, os profissionais que fazem parte do quadro de servidores das universidades (ainda que em número insuficiente) e a estrutura física que, em geral, já está disponível. Por este motivo tem potencial para sobrepujar a tendência de monetarização das ações de apoio ao estudante (SANTOS; MARAFON, 2016) e superar a lógica focalizadora das ações de permanência, como apontado por Stolf (2014), que se concentram em alunos vulneráveis economicamente e, ainda assim, não conseguem atender a totalidade do público que necessita de auxílios financeiros. Sendo assim, o maior empecilho é a disponibilidade de profissionais nas instituições (GANAM, 2016; PALÁCIO, 2012), sua qualificação contínua para esse contexto e o compromisso institucional com a integração acadêmica.

Assumimos que as políticas de permanência são imprescindíveis para efetivar a educação superior como direito social, especialmente para os alunos oriundos das classes populares e grupos minoritários. É preciso que as

instituições garantam meios para que seus alunos tenham apoio para superar quaisquer obstáculos ao seu desempenho acadêmico e conclusão do curso escolhido. Fazer isso passa, sem dúvida, por outros aspectos adicionais à garantia das condições financeiras, sendo o apoio pedagógico uma das principais ações a serem desenvolvidas e consolidadas nas universidades federais. Garantir o acesso ao ensino superior público sem oferecer condições reais de permanência, considerando as fragilidades econômicas, sociais e educacionais dos alunos, pode constituir-se em uma forma de legitimar a exclusão, reproduzindo a desigualdade histórica que caracteriza nossa educação superior.

Referencias

ALVES, Alda Judith.(1992) A " revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, n. 81, p. 53-60.

ASSIS, A. C. L. (2013) **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 120 p.

Baker, R. W. & Siryk, B. S. (1989). *SACQ Student adaptation to college questionnaire: Manual*. Los Angeles (CA): Western Psychological Services, WPS.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Secretaria Federal de Controle Interno. Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais. **Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf> . Acesso em: 08 jan. 2019

COSTA, M. C. C. F. (2016) **Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 82 p.

COULON, Alain. (2008) A condição de estudante: a entrada na vida universitária. **Salvador: Edufba**.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. (2017) Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar.

GANAM, E. A. S. (2016) “ENTRE FRACOS E FERIDOS”: um estudo sobre os significados do percurso de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil na UNIFESP. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC. Santo André, 149 p.

HERINGER, Rosana. (2014) Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Revista Tomo**.

LIBÂNEO, J. C. (2001) **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. (2016) Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 116-148.

MAGALHÃES, R. P. (2013) **Assistência Estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 205 p.

RIOS, R. **Análise do Plano de Permanência de Estudantes na Universidade Federal do Pampa**. (2016) Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 182 p.

SANTOS, C. P. C.; MARAFON, N. M. (2016) A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Textos & Contextos*, Vol.15 (2), p.408-423

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, S. S. (2012) **Trajetória de estudantes da rede pública que ingressam, permanecem e obtém êxito numa universidade pública**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 145 p.

STOLF, F. (2014) **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: UMA**

ANÁLISE INICIAL DO PROGRAMA BOLSA ESTUDANTIL. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 156 p.

TERENZINI, P. T. et al. (1994) The transition to college: Diverse students, diverse stories. *Research in Higher Education*, Netherlands, v. 35, n. 1, p. 57-73.

TIERNEY, W. G. (1999) Models of minority college-going and retention: cultural integrity versus cultural suicide. **The Journal of Negro Education**, Washington, DC, v. 68, n. 1, p. 80-91.

TINTO, V. (1997) **Classrooms as Communities**: Exploring the Educational Character of Student Persistence. *The Journal of Higher Education*, Columbus, v. 68, n. 6, p. 599-623.

TINTO, V. Stages of student departure: reflections on the longitudinal character of student leaving. (1988) **The Journal of Higher Education**, Columbus, v. 59, n. 4, p. 438-455.

TOTI, M. C. S.; POLYDORO, S. A. J.; ASSUMPÇÃO, F. V. S. L. (2018) **O apoio pedagógico nas universidades federais brasileiras**. In: Congreso de Orientación para el aprendizaje em educación superior (OAES), nov./2018, Acta de Ponencias . Universidad do Chile – Santiago. Disponível em <<https://asociacion-oaes.com/2019/05/04/acta-ponencias-oaes-2018/>>

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. (2017) Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, n. 25, p. 1-33.